

# A COMPETITIVIDADE EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA: A RAIA CENTRAL IBÉRICA

Maria Manuela Santos Natário  
Paulo Alexandre Neto  
Felisberto Marques Reigado

## RESUMEN

À competitividade dos países e das empresas está inerente a competitividade das regiões. As regiões/territórios estão cada vez mais em competição directa entre elas e não apenas entre as empresas. Assim, a competitividade dos territórios é fundamental para o seu desenvolvimento económico e progresso social. Todavia, a competitividade dos territórios/regiões não pode aferir-se simplesmente através de um dado indicador, mas através de um vasto leque de variáveis que vão desde a performance económica, social, produtiva, empresarial, financeira, até aos recursos humanos, sem descurar as infra-estruturas e as questões ambientais e sociais de cada região. Tendo em conta estas considerações, pretende-se neste trabalho analisar a competitividade em regiões de fronteira: em particular na Raia Central Ibérica (RCI) e suas sub-regiões e mostrar as maiores proximidades e disparidades destas sub-regiões em diversas dimensões de competitividade relativamente à média dos respectivos países (Portugal e Espanha).

The regional competitiveness it is intrinsic to the competitiveness of countries and of firms. More and more the regions/territories and the firms are in direct competition. Thus, the territory competitiveness is fundamental to economic development and social progress. However, the competitiveness of the territories/regions results of a vast set of variables that includes the economic, social, productive and financial performance the human resources, the environment and the infrastructures of each region. Therefore the present study undertakes this issue using as reference the border regions: the Raia Central Ibérica (RCI). The objective is to analyse the competitiveness of RCI relative to different dimensions and verify the minors and majors proximities relatively to the average of respective countries (Portugal and Spain).

**PALAVRAS CHAVE:** Competitividade, Territórios

---

## 1- INTRODUÇÃO

No cenário de alargamento da U.E. e de concorrência acrescida, as regiões/territórios estão cada vez mais em competição directa entre elas e não apenas entre as empresas. *Num contexto de economia aberta, cada região encontra-se face ao mercado europeu e mundial num plano semelhante àquele em que se encontrava o país antes do processo de integração europeia, isto é, numa lógica de divisão inter-regional e internacional do trabalho, mas onde faltam agora mecanismos de protecção em relação à concorrência externa.* (DGDR, 2000, p.20).

Neste contexto, considerou-se importante analisar a competitividade das regiões de fronteira, em particular da Raia Central Ibérica (RCI), onde apresentam melhores vantagens competitivas e maiores debilidades, as suas trajetórias em termos de competitividade e se a abertura de fronteiras trouxe ganhos de competitividade para estas regiões transfronteiriças, ou pelo contrário agravou a sua situação de periferia.

Assim, pretende-se neste trabalho apresentar uma análise à competitividade na RCI e suas sub-regiões. Em primeiro lugar, começamos por fazer um enquadramento teórico à questão da competitividade territorial e posteriormente iremos analisar a competitividade em diversas dimensões nas regiões da Raia Central Ibérica.

## **2- ABORDAGEM À PROBLEMÁTICA DA COMPETITIVIDADE TERRITORIAL**

Embora, nos últimos anos, a questão da competitividade tenha atraído muitas atenções e tenha sido objecto de vários estudos, estes têm incidido essencialmente nos países, em prejuízo das regiões. As maiores análises à competitividade devem-se a Porter (1990,1998), OCDE (1996, 1997c, 1997d) Teece (ed) (1987), Comissão das Comunidades Europeias (1993), Jacquemin e Pench (eds) (1997) CEPPII. Em Portugal, salientam-se os estudos de Porter (1994), Rodrigues (1994), Mateus et al (1995, 2000), Fórum para a Competitividade (1995), Lopes (2001), DGDR (2000) e o estudo da AIP (2003).

Na verdade, vivemos numa era revolucionada pelas TIC's, pela digitalização e pela dimensão real versus virtual, onde predominam mercados globais mas também cada vez mais mercados locais e onde coexistem realidades supranacionais e regionais. A competitividade dos países e das empresas está inerente a competitividade das regiões. Efectivamente, no contexto de crescente globalização e abertura das economias tem-se verificado um agravamento das desigualdades territoriais e tornou-se recorrente o debate em torno da competitividade territorial. Neste cenário, a competitividade de base territorial torna-se, mais indefinida e menos identificável expandindo-se para além das fronteiras do próprio território (que pode ser nacional, regional ou local). Além disso, exige a adaptação do quadro conceptual, o desenvolvimento de novas metodologias de avaliação dos níveis e trajetórias de competitividade dos territórios e o conhecimento dos factores de competitividade, como nos apresenta Mateus et al (2000).

Uma região é competitiva quando, exposta à concorrência internacional e nacional, tem capacidade de gerar de forma sustentada rendimentos de factores, criar riqueza, com eficiência produtiva, social e económica, de atrair e fixar quadros técnicos, população jovem e investimento, de criar emprego e de proporcionar um elevado nível de vida e com qualidade às suas populações, com respeito pela qualidade ambiental e paisagística, pelo património histórico, cultural e natural.

Assim, a competitividade dos territórios/regiões não pode aferir-se simplesmente através de um dado indicador, mas através de um vasto leque de variáveis que vão desde a performance económica, social, produtiva, empresarial, financeira, até aos recursos humanos, sem descurar as infra-estruturas e as questões ambientais e sociais de cada região.

Relativamente à RCI, considera-se que esta abarca as NUTS III Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira, na Região Centro de Portugal e a totalidade das províncias espanholas de Salamanca e Cáceres (respectivamente na Região Autónoma de Castilla y León e da Extremadura). Assim, uma vez que a RCI envolve duas realidades nacionais diferentes, com respectivas inflações, que não estão acessíveis ao nível de desagregação territorial pretendido, procuramos fazer um balanço à competitividade das suas regiões comparativamente aos seus respectivos países. Todavia há ainda que salientar que, não pretendemos ordenar as diferentes regiões em termos competitivos (que já foi feito por Mateus et al (2000) e pela DGDR (2000)), mas analisar a situação destas regiões relativamente ao seu respectivo país em várias dimensões da competitividade, procedendo ainda ao agrupamento das sub-regiões de acordo com o seu desempenho competitivo nessas várias

dimensões, e em particular as trajectórias das regiões em termos de ganhos de competitividade após abertura de fronteiras resultado do processo de integração europeia.

### 3- ANÁLISE À COMPETITIVIDADE NA RCI

#### AS DIMENSÕES DA COMPETITIVIDADE

O objectivo é avaliar a competitividade das regiões da RCI relativamente ao respectivo país em várias dimensões da competitividade. Assim, procurou-se adaptar os indicadores do IMD e WEF<sup>1</sup> às estatísticas disponíveis ao nível de desagregação NUTS III. Indagou-se abranger as várias dimensões da competitividade na óptica económica e social, sem descurar a questão da saúde. Considera-se, então, o **dinamismo e força da economia da região**, através da análise da desempenho económico, social e produtivo e que permite uma avaliação em termos macroeconómicos da economia doméstica de acordo com o relatórios do IMD e também Lopes (2001). Além disso, contempla-se a **competitividade das exportações e turismo**, por meio da participação no comércio internacional e do turismo para avaliar o grau de internacionalização da região.

Mas, no debate da competitividade está implícito um papel e uma responsabilidade do governo. O governo deve assegurar um ambiente macroeconómico estável, influencia e tem um papel no desenvolvimento da tecnologia e marketing proporcionando modelos diversos de interacção privado/público com nos refere Haque (1991, p.7). No sentido de apreciar a **eficiência pública** na promoção da competitividade, recorre-se à análise do ambiente político. Foi possível ainda encontrar indicadores para a qualidade do **sector financeiro** e da **eficiência empresarial** para medir a performance do mercado de capitais e a capacidade empresarial para inovar.

Neste contexto, procurou-se também contemplar a **ciência e tecnologia, os recursos humanos e a força de trabalho e infra-estruturas básicas** com o intuito de analisar em que medida os recursos humanos, científicos e tecnológicos estão a ir de encontro às necessidades das empresas, todavia ao nível de desagregação pretendido não se encontraram valores disponíveis, para o primeiro grupo de variáveis nem na parte portuguesa<sup>2</sup> nem na parte espanhola. Factores como a **Saúde e Ambiente e as questões Culturais** também são cada vez mais evocados para não perder a competitividade, uma vez que ao interferir sobre a qualidade de vida dos cidadãos podem limitar a competitividade.

Deste modo, o conjunto de indicadores considerados para analisar para as regiões da RCI é o que se apresenta a seguir:

**Tabela 1: As Diferentes Dimensões da Competitividade**

DIMENSÃO	Indicador
<i>A- Dinamismo e Força da Região</i>	
<b>A1- Desempenho Económico</b>	1- Proporção da população residente com idade activa local no País
	2- Proporção local do emprego total no país
	3- Proporção do PIB per capita local no país
	4- Proporção do PIB local no país
<b>A2- Desempenho Social</b>	5- Crescimento relativo da população residente (1991-2001)
	6- Crescimento relativo do emprego local (1988-2000)

<sup>1</sup> Também a AIP (2003), na Carta Magna da Competitividade, utilizou os indicadores do WEF e do IMD

<sup>2</sup> Na parte portuguesa encontrámos o estudo da DGDR (2000) relativo às Infra-estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas que mostra também a situação das NUTS III da Região Centro relativo aos níveis de carências de Infra-estruturas (p. 340) e Níveis de prioridade de Infra-estruturas (p. 341).

CITIES IN COMPETITION

	7- Variação da proporção local no país do emprego no SII (Indústria e Construção) 1995-2000
	8- Variação da proporção do PIB per capita local no país (1988-2000)
<b>A3- Eficiência Produtiva</b>	9- Variação da proporção do PIB local no país 1988-2000
	10- Variação da proporção da Produtividade local no país (1988-2000)
<b>B- Competitividade das Exportações e Turismo</b>	
<b>B1- Participação no Comércio Internacional</b>	11- Exportações / VAB
	12- Variação da Exportações/VAB (1995-20000)
	13- Proporção das exportações locais no País
	14- Variação da proporção das exportações locais no País (1995-2001)
<b>B2- Competitividade do Turismo</b>	15- Proporção de Dormidas e Hospedes locais no país
	16- Proporção local no país do Grau de ocupação -cama %
	17- Proporção local no país da Estada média
<b>C- Ambiente Político</b>	18- Proporção local no país de Empréstimos das Câmaras Municipais (Espanha dívida Pública das diputaciones) em % das despesas totais
	19- Proporção local no país de Receitas correntes locais (Espanha das diputaciones) (%) do PIB
	20- Proporção local no país de Despesas das Câmaras (diputaciones) (administração local) % do PIB
	21- Proporção local no país de Investimentos das Câmaras (diputaciones) em % do total de despesas
<b>D- Sector Financeiro</b>	22- Proporção local no país do Crédito total concedido em % do PIB
	23- Proporção de depósitos totais locais no país
<b>E- Eficiência Empresarial</b>	
<b>E1- Inovação Empresarial</b>	24- Empresas inovadoras em % do total de empresas*
	25- Empresas com inovação organizacional em % do total de empresas inovadoras*
	26- Pessoal com ensino superior em % do total de pessoas ao serviços*
<b>E2- Competitividade do Investimento</b>	27- Investimento em % do volume de negócios*
<b>F- Infra-estruturas</b> <sup>3</sup>	
<b>F1- Infra-estruturas</b>	28- Proporção local no país Rede Nacional de Estradas construídas/área
	29- Proporção local no país Densidade telefónica (linhas fixas por 1000 hab)
	30- Proporção local no país do consumo de electricidade per capita
<b>F2- Recursos Humanos e Força de Trabalho</b>	31- Taxa de alfabetização comparativamente à média nacional
	32- Proporção local no país da Produtividade do trabalho
	33- Variação da Taxa de utilização dos recursos humanos local comparativamente ao país = Emprego/ População
	34- Proporção local no país de população residente com ensino superior na população total
<b>G- Saúde</b>	35- Proporção local no país de Médicos por 1000 habitantes
	36- Proporção local no país de Farmacêuticos por 1000 habitantes
	37- Taxa de mortalidade infantil (Espanha por 1000 nascidos) local comparativamente ao país
	38- Proporção local no país de Camas de hospital por 1000 habitantes

Fonte: Elaboração própria

<sup>3</sup> Seria importante também considerar nas Infra-estruturas a **Competitividade Ciência e Tecnologia**: Computador por 100 hab., Utilizadores de Internet 100 hab; Exportações de alta tecnologia; Exportações de alta tecnologia % do total de exportações; Cientistas e Engenheiros em I&D por 1000 pessoas, todavia não foi possível encontrar valores para estes indicadores desagregados ao nível NUTS III.

**UM BALANÇO À COMPETITIVIDADE DA RCI: RESULTADOS**

Tendo como suporte o conjunto de indicadores previamente identificados para fazer um balanço à competitividade da RCI é possível fazer a caracterização das regiões ao nível das várias dimensões da competitividade e que resultou de um compromisso entre análise que pretendíamos realizar e a disponibilidade de informação ao nível de desagregação pretendido. A tabela 2 mostra os valores para as várias sub-regiões da RCI dos vários indicadores que compõem cada dimensão da competitividade.

**Tabela 2: Análise à Competitividade na RCI**

	RCP	BIN	BIS	CB	RCE	Salamanca	Cáceres	Ano
<b><i>A- Dinamismo e Força da Região</i></b>								
<b>A1- Desempenho Económico</b>								
1- Proporção da população residente com idade activa local no País	2,57	1,01	0,69	0,87	1,72	0,80	0,92	2001
2- Proporção local do emprego total no país	2,88	1,14	0,82	0,92	1,63	0,72	0,90	2000
3- Proporção do PIB per capita local no país	74,25	66,76	89,10	71,08	76,64	79,98	73,77	2000
4- Proporção do PIB local no país	2,08	0,75	0,68	0,65	1,43	0,69	0,74	2000
<b>A2- Desempenho Social</b>								
5- Crescimento relativo da população residente (1991-2001)	-1,91	-2,69	-3,57	0,52	-2,60	-3,41	-1,91	1991-2001
6- Crescimento relativo do emprego local (1988-2000)	1,94	-3,11	3,32	7,62	7,34	0,26	13,75	1988-2000
7- Variação da proporção local no país do emprego no SII (Indústria e Construção) 1995-2000	1,36	10,57	6,92	-9,25	-3,64	-9,36	1,20	1995-2000
8- Variação da proporção do PIB per capita local no país (1988-2000)	7,23	2,94	13,06	6,65	-11,63	-5,66	-16,56	1988-2000
<b>A3- Eficiência Produtiva</b>								
9- Variação da proporção do PIB local no país 1988-2000	-1,17	-6,48	3,60	0,58	-18,16	-12,84	-22,56	1988-2000
10- Variação da proporção da Produtividade local no país 1988-2000)	9,09	8,81	12,38	5,39	0,96	16,01	-10,42	1988-2000
<b><i>B- Competitividade das Exportações e Turismo</i></b>								
<b>B1- Participação no Comércio Internacional</b>								
11- Exportações / VAB	16,00	10,29	9,20	29,75	4,75	4,77	4,73	2000
12- Variação da Exportações/VAB	-13,68	12,77	-39,21	-9,71	7,69	-4,74	24,30	1995-2000
13- Proporção das exportações locais no País	1,24	0,26	0,21	0,77	0,37	0,18	0,19	2001
14- Variação da proporção das exportações locais no País 1995-2001	-23,22	-6,78	-53,26	-13,27	-1,88	-17,73	19,24	1995-2001
<b>B2- Competitividade do Turismo</b>								

CITIES IN COMPETITION

15- Proporção de Dormidas e Hospedes locais no país	1,2	0,3	0,5	0,5	0,8	0,3	0,5	2001
16- Proporção local no país do Grau de ocupação -cama %	66,99	50,98	75,74	74,26	66,46	78,53	54,39	2001
17- Proporção local no país da Estada média	46,30	36,11	55,56	47,22	44,50	47,91	41,10	2001
<b>C- Ambiente Político</b>								
18- Proporção local no país de Empréstimos das Câmaras Municipais (Espanha dívida Pública das diputaciones) em % das despesas totais	97,99	55,40	146,84	91,73	291,86	250,68	333,03	2001
19- Proporção local no país de Receitas correntes locais (Espanha das diputaciones) (% do PIB)	125,40	152,27	114,51	109,42	73,42	67,82	79,01	2000
20- Proporção local no país de Despesas das Câmaras (diputaciones) (administração local) % do PIB	166,70	219,50	153,14	127,44	81,52	83,41	79,63	2000
21- Proporção local no país de Investimentos das Câmaras (diputaciones) em % do total de despesas	112,35	111,93	125,76	99,34	138,68	71,59	205,77	2001
<b>D- Sector Financeiro</b>								
22- Proporção local no país do Crédito total concedido em % do PIB	38,68	35,31	35,97	45,44	75,08	83,20	67,52	2000
23- Proporção de depósitos totais locais no país	2,38	1,12	0,61	0,65	1,89	1,15	0,74	2001
<b>E- Eficiência Empresarial</b>								
<b>E1- Inovação Empresarial</b>								
24- Empresas inovadoras em % do total de empresas*	69	79	55	69	48	59	37	2002
25- Empresas com inovação organizacional em % do total de empresas inovadoras*	18,00	21,00	7,00	25,00	14,00	15,00	13,00	2002
26- Pessoal com ensino superior em % do total de pessoas aos serviços	5,33	6,50	5,50	4,00	12,55	13,70	11,40	2002
<b>E2- Competitividade do Investimento</b>								
27- Investimento em % do volume de negócios*	8,77	4,90	8,87	12,53	1,55	1,31	1,79	2002
<b>F- Infra-estruturas</b> <sup>4</sup>								
<b>F1- Infra-estruturas</b>								
28- Proporção local no país Rede Nacional de Estradas construídas/área	75,39	80,23	47,25	98,69	81,17	99,73	62,60	1997/2001
29- Proporção local no país Densidade telefónica (linhas fixas por 1000 hab)	98,78	93,50	101,42	94,56	94,56	101,13	87,98	1999
30- Proporção local no país do consumo de electricidade per capita	78,72	65,56	91,89	83,93	63,50	67,46	59,54	2001/2000

<sup>4</sup> Seria importante também considerar nas Infra-estruturas a **Competitividade Ciência e Tecnologia**: Computador por 100 hab., Utilizadores de Internet 100 hab.; Exportações de alta tecnologia; Exportações de alta tecnologia % do total de exportações; Cientistas e engenheiros em I&D por 1000 pessoas, todavia não foi possível encontrar valores para estes indicadores desagregados ao nível NUTS III

NOTES ON STRATEGY, PLANNING AND INTERNATIONALIZATION

<b>F2- Recursos Humanos e Força de Trabalho</b>								
31- Taxa de alfabetização comparativamente à média nacional	92,93	93,52	90,77	94,51	99,64	98,47	100,81	2001
32- Proporção local no país da Produtividade do trabalho	72,17	66,02	82,50	70,53	88,13	95,72	82,08	2000
33- Variação da Taxa de utilização dos recursos humanos local comparativamente ao país = Emprego/ População	79,89	37,80	102,63	117,12	46,67	19,40	71,29	1988-2000
34- Proporção local no país de população residente com ensino superior na população total	82,04	81,00	88,02	77,10	104,80	101,75	107,86	2001
<b>G- Saúde</b>								
35- Proporção local no país de Médicos por 1000 habitantes	57,29	56,25	68,75	46,88	109,57	135,13	87,67	2001
36- Proporção local no país de Farmacêuticos por 1000 habitantes	115,00	95,00	130,00	120,00	133,51	156,94	113,45	2001
37- Taxa de mortalidade infantil (Espanha por 1000 nascidos) local comparativamente ao país	111,70	119,30	107,02	108,77	129,68	134,25	125,11	P(1997-2001) E(2000)
38- Proporção local no país de Camas de hospital por 1000 habitantes	103,17	109,52	95,24	104,76	110,81	113,27	108,35	P(2001), E(2001 e 2000)

Fonte: INE. Espanha e Portugal, [www.ine.es](http://www.ine.es); [www.ine.pt](http://www.ine.pt); Anuário da RC, 2001, Anuário de Extremadura e de Castilla y León, 2001 e 2002 (e 2003 para CYL) e Resultados do Inquérito efectuado às Empresas na RCI; Nota 1: A falta de dados uniformizados e desagregados ao nível de 3 das NUTS e por província impossibilitou-nos de apresentar dados relativos ao **Ambiente, Actividades Culturais**.

Para as várias dimensões da competitividade procurámos ainda agrupar as sub-regiões da RCI em grupos (*k-means clusters analysis do SPSS*) de acordo com o seu desempenho competitivo comparativamente à sua média nacional, de forma a detectar as diferenças mais significativas.

### A- Dinamismo e Força da Região

No **Dinamismo e Força da Região**, as sub-regiões em análise, comparativamente à média do seu respectivo país, apresentam uma situação bastante fragilizada em termos de desempenho económico e da eficiência produtiva mas que melhora em parte nos indicadores do desempenho social. Apesar de o crescimento da população ser negativo, quer em termos de emprego, quer em termos de PIB per capita, a RCP registou melhorias, todavia esta tendência não foi acompanhada pela RCE.

No desempenho económico, a BIN na RCP e Cáceres na RCE apresentam os melhores resultados, excepto na proporção do PIB per capita local que assume melhores valores na BIS e Salamanca. No desempenho social, a CB apresenta valores mais competitivos para o crescimento da população e do emprego mas valores negativos em termos de emprego no SII, verificando-se uma deslocação do emprego do sector II para o sector III. Na RCE é a província de Cáceres que apresenta melhores valores em termos de desempenho social excepto na variação do PIB per capita (que diminui significativamente de 1988-2000 comparativamente a Espanha, e que se traduz em diminuição do bem-estar social da região). A eficiência produtiva encontra os seus melhores resultados na BIS e em Salamanca, tendo a primeira registado melhorias comparativamente ao país quer em termos de PIB quer em termos de produtividade.

Relativamente ao dinamismo e força da região e tendo por base as variáveis anteriormente definidas as sub-regiões da RCI foram agrupadas da seguinte forma (anexo 1): o grupo 1 é constituído pela BIN, CB e Salamanca, o grupo 2 pela BIS e o grupo 3 por Cáceres. A eficiência produtiva, medida pela produtividade, e pelo rendimento (PIB), o PIB per capita e a sua variação no período 1988-2000, foram as variáveis que mais contribuíram para a formação destes grupos. As restantes variáveis do desempenho económico e do desempenho social não apresentaram diferenças que possam ser consideradas significativas nos agrupamentos das sub-regiões da RCI o que revela que são insuficientemente distintas para justificar diferenças de competitividade nestas regiões. Deste modo, a produtividade e o nível de bem-estar, traduzido pelo PIB per capita e pelo crescimento do emprego, e o nível de rendimento medido pelo PIB, são as variáveis que mais justificam as diferenças de competitividade destas regiões, como normalmente são apontadas pelos estudos de competitividade das nações.<sup>5</sup>

## **B- Competitividade das Exportações e Turismo**

Quanto à **Competitividade das Exportações e Turismo**, à participação no comércio internacional, de 1995-2000, a RCP viu degradar a sua situação, apesar de registar melhorias na competitividade do turismo. A RCE apresentou uma situação mais favorável nesta dimensão da competitividade mas que se deve fundamentalmente à melhoria da posição competitiva de Cáceres nestas rubricas. Assim, sobressaem com melhores valores competitivos a BIN (na RCP) e Cáceres (na RCE), que é o resultado da participação no Comércio Internacional, pois em relação à Competitividade do Turismo, é a BIS (na parte portuguesa) e Salamanca (na parte espanhola) que obtém os melhores resultados. A BIS é a região da RCP menos competitiva em termos de participação no Comércio Internacional e a BIN a que apresenta menor vantagem competitiva relativamente ao Turismo em todas as rubricas.

Procurando agrupar estas sub-regiões da RCI em termos de competitividade das exportações e do turismo (anexo 2), concluímos que os métodos estatísticos levaram a que o grupo 1 fosse constituído pela BIN e Cáceres, o grupo 2 pela BIS e o grupo 3 pela CB e Salamanca. Neste caso as variáveis com maior significado para a formação dos grupos são a variação das exportações quer em termos de VAB quer comparativamente ao país, e o grau de ocupação e a estada média dos turistas na região comparativamente ao país e que justificam diferenças em termos de competitividade das regiões.

## **C- Ambiente Político**

A eficiência das finanças públicas contribui para a eficiência do **Ambiente Político** e favorece a melhoria da competitividade da região. Nesta dimensão a RCP apresenta resultados mais favoráveis do que a média nacional, verificando-se o oposto na RCE. Na parte portuguesa, a BIN apresenta vantagens competitivas em termos de empréstimos e receitas da Administração Local, a CB apresenta vantagem nas despesas em percentagem do PIB e a BIS em termos de investimentos. Na parte espanhola Salamanca apenas apresenta situação mais favorável em termos competitivos em termos de endividamento e nas restantes rubricas é Cáceres que apresenta maior vantagem.

Neste conjunto de variáveis definido para esta dimensão da competitividade, (anexo 3) constatámos que a RCP (BIN, BIS e CB) constituem o grupo 1, apresentando um padrão mais semelhante de comportamento nestas variáveis, o grupo 2 é constituído por Salamanca e o grupo 3 por Cáceres, verificando-se um distinto ambiente

---

<sup>5</sup> Deste modo, a produtividade e o nível de bem-estar, traduzido pelo PIB per capita e pelo crescimento do emprego, e o nível de rendimento medido pelo PIB, são as variáveis que mais justificam as diferenças de competitividade destas regiões, como normalmente são apontadas pelos estudos de competitividade das nações. Deve referir-se que estas são as variáveis que mais contribuíram para diferenciar os grupos constituídos, conforme anexo 1.



político nas províncias espanholas, com vantagem para Cáceres. As variáveis com maior significado para a constituição dos grupos foram o investimento das Autarquias Locais (Diputaciones) e em parte o endividamento. E efectivamente a eficiência da *governância* local é condicionada por estas duas variáveis que pode conduzir a uma estabilidade e melhoria do ambiente local com atracção de populações jovens e de quadros técnicos, investimentos produtivos e aumento do bem-estar local.

#### **D- Sector Financeiro**

Uma região com vantagens competitivas também tem de possuir um eficiente **Sector Financeiro**, para responder às necessidades, decorrentes do processo de globalização e de internacionalização, das populações e empresas locais e para reflectir o compromisso local em termos financeiros quer em termos de assunção ao crédito, quer em termos de contribuição para a poupança nacional. Nestas rubricas a RCP e a RCE apresentam um peso insignificante comparativamente ao seu respectivo país. Estes resultados podem traduzir-se numa escassez de investimento e numa baixa propensão ao risco.

Salamanca distancia-se das outras regiões com melhores resultados nas duas rubricas (anexo 4) por oposição à BIS e CB. Cáceres apresenta uma situação intermédia e a BIN distingue-se por ter uma maior contribuição para os depósitos (que poderão vir de remessas de emigrantes) e uma baixa propensão para a utilização do crédito.

#### **E- Eficiência Empresarial**

O desempenho empresarial local é fundamental para a região apresentar vantagens competitivas comparativamente a outras regiões e comparativamente ao seu país e para vencer num mundo cada vez mais globalizado. Deste modo, é indispensável **Eficiência Empresarial**, quer em termos de inovação quer em termos de investimento (em capital fixo, em TIC's, em ambiente e em conhecimento). A BIN e a CB encontra os seus melhores resultados em termos de empresas inovadoras mas a CB não tem apostado na mão-de-obra com qualificação superior (o que se traduz a prazo numa desvantagem competitiva). Por oposição as províncias espanholas da RCI apesar de apresentarem menores valores em termos de inovação apresentam melhores valores em termos de pessoal ao serviço com ensino superior.

Assim, tendo em conta as variáveis desta dimensão da competitividade (anexo 5), as sub-regiões da RCI foram agrupadas da seguinte forma: grupo 1 é constituído pela BIN e CB, grupo 2 por Cáceres e grupo 3 por Salamanca e BIS. As variáveis com maior significado no agrupamento das regiões são a percentagem de empresas inovadoras e com inovação organizacional. Quer o peso do pessoal ao serviço com ensino superior, quer a percentagem investida do volume de negócios, não apresentaram diferenças que possam considerar-se significativas em termos estatísticos. O que revela que factores frequentemente apontados como estando na base na competitividade das empresas e nações, uma vez aplicados às empresas ao nível regional mostram-se insuficientemente distintos para justificar diferenças de competitividade. Todavia, a inovação continua a ser o factor mais distintivo de competitividade, pelo que deverá ser a aposta das empresas e das regiões.

#### **F- Infra-estruturas**

Uma região dotada de uma razoável infra-estrutura física e humana é sem dúvida uma região mais atractiva, com melhor qualidade de vida e com mais possibilidades de ter vantagens competitivas. A capacidade de inovação, a faculdade de criar riqueza e a competitividade dependem ainda do investimento em Recursos

Humanos. A sua valorização assume cada vez mais um papel importante na competitividade das nações. Assim, relativamente às **Infra-estruturas**, no geral, quer a RCP quer a RCE encontram-se ainda aquém da média nacional, e por isso insuficientemente dotada em termos de infra-estruturas físicas e humanas. É excepção, em termos de população residente com ensino superior, a RCE e as suas províncias que estão melhor dotadas comparativamente à média espanhola. A CB continua a ser a sub-região com menos população residente com ensino superior.

Tendo por base as variáveis definidas para esta dimensão da competitividade (anexo 6), verificámos que as regiões foram agrupadas da seguinte forma: o grupo 1 constituído pela BIN e Salamanca, o grupo 2 constituído pela BIS e por Cáceres e o grupo 3 constituído pela CB. A variação da taxa de utilização dos recursos humanos é a variável que mais contribuiu para a distinção dos grupos. A dotação local em termos de população com ensino superior continua a não justificar diferenças de competitividade das regiões como verificámos na eficiência empresarial.

A caracterização sintética das NUTS III da RCP, em termos de infra-estruturas, mostra assim, algumas clivagens regionais já conhecidas. Efectivamente, a RCI e as sub-regiões que a constituem apresentam situações desfavoráveis comparativamente à média nacional no conjunto das infra-estruturas. Estas regiões são penalizadas pela insuficiente dotação de infra-estruturas logísticas intermodais de passageiros e mercadorias (rodoferroviárias) bem como pelo atraso relativo de modernização das infra-estruturas viárias. Relativamente às áreas de acolhimento industrial, a generalidade dos espaços sub-regionais apresenta um razoável número, de iniciativa municipal, embora ainda muito carenciadas de uma infraestruturização terciária e de estruturas de promoção. A este respeito há que referir que *Castelo Branco na BIS, constitui um dos casos pioneiros em Portugal de uma estratégia de forte voluntarismo municipal em matéria de captação de investimentos, incluindo a atracção de capital estrangeiro, conduzida não apenas a partir de uma política de imagem e comunicação de forte impacto, mas também por intermédio de infraestruturização de solo industrial.* (DGDR, 2000, p.324)<sup>6</sup>

## G- Saúde

Também as questões relativamente à **Saúde**, condicionam o bem-estar da população e influenciam as vantagens competitivas das regiões. A RCP apresenta uma situação bastante desfavorável comparativamente à média nacional, quer em termos de médicos, quer em termos de taxa de mortalidade infantil, o que é em parte compensado em termos de farmacêuticos e de camas de hospital por 1000 habitantes, mas que não deixa de preocupante para as populações locais. A RCE apresenta uma situação mais favorável que a RCP, penalizada apenas pela questão da taxa de mortalidade infantil que é superior à média nacional. A BIS na parte portuguesa e Salamanca na parte espanhola são as regiões que apresentam melhores valores na dimensão da saúde. Todavia, apesar de a RCP apresentar graves deficiências na questão da saúde, não podemos deixar de mencionar que a região beneficia actualmente da criação da Faculdade de Medicina, que a curto e longo prazo poderá reduzir estas assimetrias relativamente à média nacional.

Aplicando a análise *k-means cluster* do SPSS ao grupo de variáveis definidas para a Saúde, verificamos o seguinte agrupamento das regiões (anexo 7): o grupo 1 é constituído por Cáceres, o grupo 2 por Salamanca, o grupo 3 pelas regiões da RCP (BIN, BIS e CB). As variáveis que mais contribuíram para a formação dos grupos foram a proporção de médicos por 1000 habitantes e em parte a taxa de mortalidade infantil, e por isso aquelas que justificam diferenças de vantagens competitivas das regiões.

---

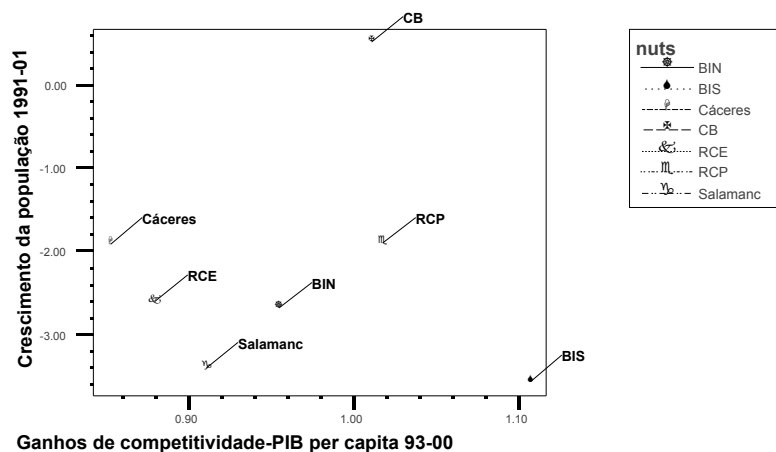
<sup>6</sup> Em termos de infra-estruturas tecnológicas de base, de carácter sectorial, apenas a Covilhã concentra o CITEVE, sendo fundamental o seu reforço em outras áreas por forma a aumentar a competitividade do sistema produtivo local, nomeadamente nos domínios da agro-florestal, agro-alimentar (vinho, lacticínios, produtos regionais certificados).

Resumindo, em termos gerais, da análise da tabela 2 podemos concluir que na Raia Central Portuguesa a BIN apresenta os melhores valores em termos competitivos relativamente ao desempenho económico, em parte da participação no comércio internacional, no Ambiente Político e em algumas variáveis da inovação empresarial. A BIS lidera em termos de eficiência produtiva, no turismo, em infra-estruturas, nos recursos humanos e força de trabalho e também na saúde. A CB, apresenta vantagens competitivas em duas rubricas do desempenho social (que se deve em grande parte à Universidade, que levou ao crescimento do emprego, especialmente nos serviços, porque no sector II diminuiu – ver indicador 7 da tabela 2 – e que tem atraído populações, em especial jovens e por conseguinte contribuído para o crescimento de população residente). Além disso, a CB também apresenta vantagens em termos de participação no comércio internacional, que se deve à forte tradição no sector dos têxteis, mas que tem vindo a ser penalizado se compararmos a sua evolução no tempo. Acresce a esta desvantagem o facto que a CB apresenta desvantagens em termos de recursos humanos com qualificação superior (quer residente quer ao serviço das empresas).

Na Raia Central Espanhola sobressai a Província de Cáceres relativamente ao desempenho económico e social (excepto na rubrica do PIB per capita) na competitividade das exportações, no Ambiente Político e nos recursos humanos e força de trabalho (excepto em termos de produtividade do trabalho). A província de Salamanca apresenta valores mais competitivos que a Província de Cáceres na eficiência produtiva, no turismo, no Sector Financeiro, na Eficiência Empresarial, nas Infra-estruturas e na Saúde.

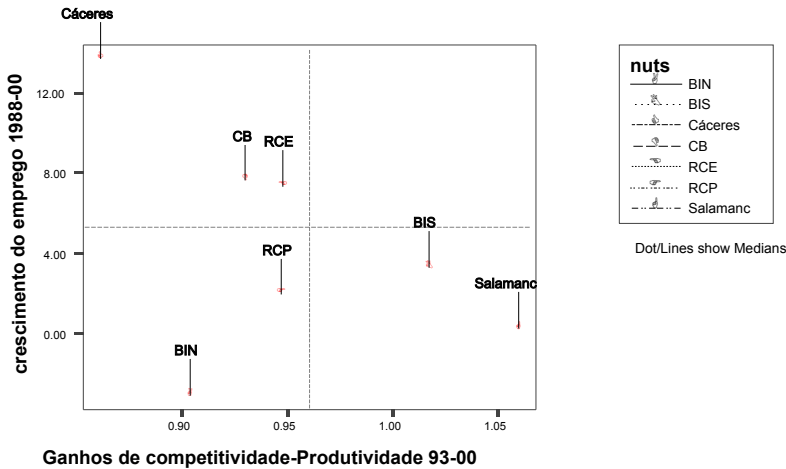
### TRAJECTÓRIAS DE COMPETITIVIDADE NA RCI

**Figura 1: Crescimento da População e Ganhos de competitividade- Trajectórias de competitividade**



Fonte: Elaboração própria

De 1993-2000, a BIS distancia-se das restantes sub-regiões por apresentar os melhores resultados em termos de ganhos de competitividade medido em termos de PIB *per capita* mas com perda de população e a CB distancia-se das restantes regiões com crescimento da população residente e convergindo para a média nacional em termos de ganhos de competitividade.

**Figura 2: Crescimento do emprego e Ganhos de competitividade - Trajectórias de competitividade**

Fonte: Elaboração própria

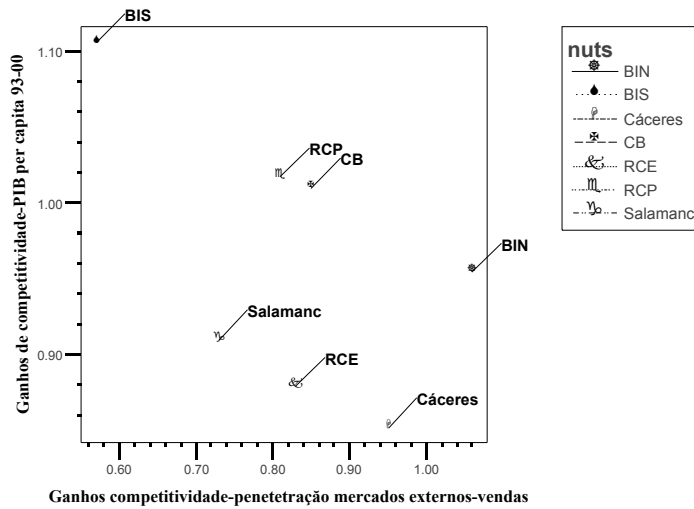
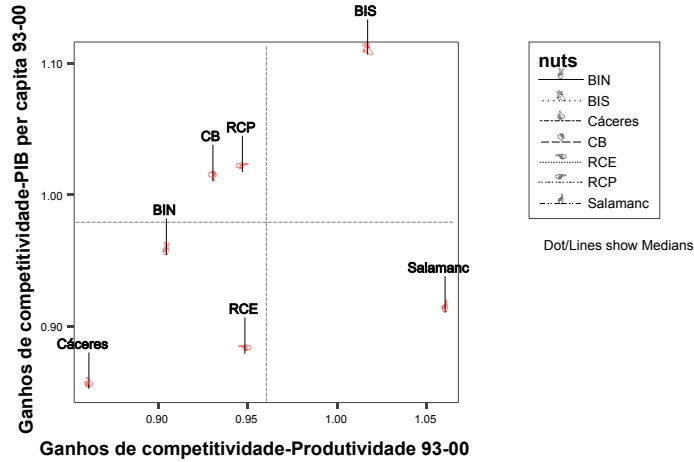
Analisando a figura 2, sobressai por um lado Cáceres com elevada taxa de crescimento de emprego mas com maior desvantagem em termos de perda de competitividade, medida em termos de produtividade, por oposição à BIS com esta última a registar ganhos de competitividade e simultaneamente o aumento do emprego, o que quer dizer que esta sub-região reúne as condições para conseguir um aumento de competitividade e de bem-estar. O aumento da produtividade poderá então ser o resultado de uma eficiente aplicação dos factores, com utilização de novas tecnologias e melhoria da qualidade dos recursos humanos.

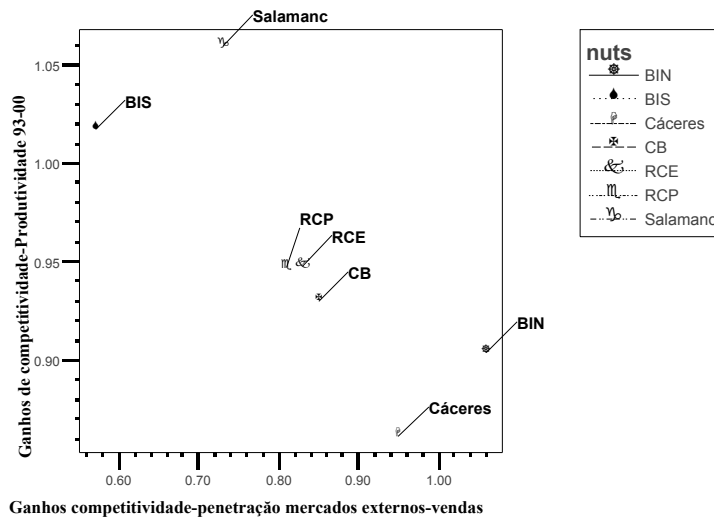
Em termos gerais podemos constatar que quer na RCP quer na RCP não se verificaram ganhos de competitividade com a abertura de fronteiras em termos de PIB, de produtividade e na penetração nos mercados externos. Todavia, verificámos excepções em algumas sub-regiões da RCI. A BIS verificou um ganho de competitividade, em relação à média nacional, em termos de PIB, PIB per capita e de produtividade. Em termos de produtividade, saliente-se que os ganhos de competitividade na BIS, principalmente no período 1995-2000, devem-se mais à melhoria da produtividade no sector III do que do sector II. Nas sub-regiões BIN, CB e Cáceres a abertura de fronteiras (período de 1993-2000) trouxe fundamentalmente perdas de competitividade, relativamente à respectiva média nacional, em termos de PIB, PIB per capita e de produtividade. Salamanca verificou um ganho de competitividade relativamente à média espanhola em termos de produtividade. Em termos de penetração nos mercados externos, Cáceres e BIN viram melhorar a sua situação (1995-2000), a primeira em termos de exportações líquidas de importações per capita e a segunda em termos de exportações em percentagem do volume de vendas.

Face a estes resultados pouco animadores, é fundamental a obtenção de crescimentos significativos na produtividade nas várias sub-regiões da RCI. Neste sentido, e seguindo também o relatório da AIP (2003, p.56), as empresas nas suas estratégias devem dar prioridade a acções em matéria de organização, investimento corpóreo e incorpóreo, apostando nas novas tecnologias, nas TIC's e na formação contínua dos trabalhadores, no desenvolvimento tecnológico e na antecipação das inovações, no sentido da obtenção de ganhos de produtividade. Simultaneamente as políticas públicas devem orientar as medidas de apoio e incentivo para o

mesmo objectivo, nomeadamente no que respeita à melhoria da qualificação de recursos humanos, a um melhor enquadramento da actividade empresarial, fiscalidade, justiça.

**Figura 3: Trajectórias de competitividade da RCI**





Fonte: Elaboração própria

Além disso, é fundamental melhorar a internacionalização e penetração nos mercados externos, dela depende a competitividade das empresas e também territorial. Este objectivo pode ser atingido através da melhor coordenação de actividades de forma a retirar as oportunidades e os melhores recursos onde eles estiverem, através de incentivos fiscais (por exemplo em termos de IVA) e redução de dificuldades (em termos burocráticos) às empresas exportadoras; através da promoção de imagem de marca e da melhoria da qualidade dos produtos destas regiões no estrangeiro. Há que passar da sobrevivência à vivência para poder continuar no mercado cada vez mais global.

#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de crescente globalização e internacionalização dos territórios e de alargamento da U.E., coexistem realidades supranacionais e regionais e as regiões para sobreviverem tem de enfrentar a competitividade internacional, mas também a supranacional, a nacional e regional. Neste cenário é exigido às regiões um esforço paralelo ao exigido ao nível nacional. A região é competitiva se, exposta à concorrência (internacional, nacional e regional), tem capacidade de gerar rendimentos de factores, riqueza, com eficiência económica, produtiva, social, empresarial e financeira, atrair e fixar quadros técnicos, população jovem e investimento, de criar emprego e de garantir às suas populações um nível de bem-estar de qualidade, respeitando a qualidade ambiental, paisagística, histórica, patrimonial, cultural e da natureza e os valores sociais locais.

Na generalidade, as sub-regiões da RCI, apresentam uma situação desfavorável relativamente aos seus respectivos países, com baixo desempenho económico, social e também produtivo, o que dificulta a criação de riqueza. A baixa eficiência empresarial, associada a baixos níveis de inovação e assente numa mão-de-obra pouco qualificada, em parte é compensada pela taxa de crescimento de emprego a ritmo superior à taxa de

crescimento da população, que mais se reflecte nos serviços do que no sector industrial. As clivagens desfavoráveis em termos de infra-estruturas físicas e também humanas e em termos de saúde mostram claramente uma assimetria de bem-estar das populações comparativamente à média das duas nações envolvidas. Os melhores desempenhos das regiões estão associados à produtividade, ao nível de bem-estar exprimido em termos de PIB per capita e da produtividade sem redução do nível de emprego, à participação no comércio internacional considerando as exportações em termos de VAB e o turismo, à eficiência pública em termos de investimentos, à eficiência do sector financeiro e do sector empresarial em termos de aposta na inovação, e à questão da saúde em termos de médicos ao dispor das populações locais.

Face a estes resultados, a competitividade destas regiões de fronteira, passa pela aposta na produtividade, com melhoria do nível de bem-estar exprimido em termos de PIB per capita e da produtividade mas com aumento do nível de emprego, pela maior participação no comércio internacional aumentando as exportações, não pelo baixo custo mas pela qualidade e diferença o que requer do sector empresarial um maior empenho em termos de inovação e qualificação do pessoal ao serviço, mas sempre preservando o ambiente. A aposta no turismo é sem dúvida uma porfia. A eficiência dos dinheiros públicos em termos de investimentos, a eficiência do sector financeiro, a melhoria das infra-estruturas e do sector da saúde, são sem dúvida o desafio do sistema de governância, local e nacional, para estas regiões não verem diminuir ainda mais o nível de vida das suas populações.

Além disso, perante estes resultados desfavoráveis podemos questionar se as sub-regiões da RCI, com a abertura de fronteiras tiraram ou não partido do aumento de escala? Aproveitaram ou não sinergias? Houve ou não investimentos transfronteiriços que geraram economias externas? As trocas entre os dois países (na RCI) aumentaram ou não? E se sim, se contribuíram ou não para a criação de um mercado local transfronteiriço? Se não quais foram os principais entraves? E será que existem ou não elementos no terreno que apontem para a criação de um sistema de inovação transfronteiriço, capaz de fomentar a inovação e desencadear a competitividade?

## BIBLIOGRAFIA

- AIP – Associação Industrial Portuguesa (2003), “A Carta Magna da Competitividade”
- CEPII, Centre D’Études Prospectives et D’Informations Internationales, (1998), “Compétitivité des Nations”, Ed. Economica, Paris
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, (1993), “Crescimento, Competitividade, Emprego: Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI.” Livro Branco”, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1993. ISBN 92-826-7004-X.
- DGDR- Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, (2000), “As Infra-estruturas Produtivas e os factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas”, DGDR, Lisboa Outubro
- FORUM PARA A COMPETITIVIDADE, (1995), “A Competitividade da Economia Portuguesa”, Lisboa, Julho
- IMD, (1998), “O Ranking Mundial da Competitividade”, Executive Digest, Agosto 1998, pp.60-66
- IMD, (1999, 2000, 2001, 2002, 2003), “World Competitiveness Yearbook”, [www.imd.ch](http://www.imd.ch)
- INE, (1988 a 2002), “Anuário Estatístico”, Instituto Nacional de Estatística
- INE, (1992 a 2002), “Anuário Estatístico da Região Centro”, Instituto Nacional de Estatística
- INE, Espanha, [www.ine.es](http://www.ine.es)
- INE, Portugal, [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- JACQUEMIN, A.; PENCH, L.R. (eds.); (1997), “Europe Competing in the Global Economy”, Reports of the Competitiveness Advisory Group, Edward Elgar, Cheltenham, UK
- LOPES, R., (2001), “Competitividade, Inovação e Territórios”, Celta Editora, Oeiras
- MATEUS, A. ; et al, (1995), “Portugal XXI: Cenários de Desenvolvimento”, Bertrand, Lisboa
- MATEUS, A.; et al, (2000), “Pirâmide de Competitividade Territorial da Regiões Portuguesas”, *Revista de Estudos Regionais*, 2º semestre, pp.47-78
- NATÁRIO, M., (1995), “A Competitividade e o Papel do Governo”, UBI, Covilhã, Tese de Mestrado não Publicada.
- NATÁRIO, M., (1996), “O Meio Inovador e a Competitividade na Beira Interior”, in Seminário *A Beira Interior: Actualidade e Perspectivas de Desenvolvimento*, UBI em 29 e 30 de Outubro.

## CITIES IN COMPETITION

- NATÁRIO, M., (2001), “A Dinâmica Empresarial e a Competitividade da Beira Interior”, in VIII Encontro da APDR 28-30 Junho, Vila Real
- NATÁRIO, M; REIGADO, F.; NETO, P.A., (2002), “A Proximidade e a Competitividade: um Pré-Estudo à Competitividade na Raia Central Ibérica”, in IX Encontro da APDR 26-29 Junho, Lisboa
- NATÁRIO, M; REIGADO, F.; NETO, P.A., (2003), “A Competitividade e o Acesso ao Conhecimento: o Caso da Raia Central Ibérica”, in X Encontro da APDR 26-28 Junho, Évora
- OCDE, (1996), “Industrial Competitiveness”, Paris, [www.oecd.org](http://www.oecd.org)
- OCDE, (1997a), “Regional Competitiveness and Skills”, OCDE
- OCDE, (1997b), “Industrial Competitiveness in the Knowledge –Based Economy: The New Role of Governments”, OECD Proceedings
- PORTER, M.E., (1990), “A Vantagem Competitiva das Nações,” Editora Campus, Rio de Janeiro, edição traduzida em 1993
- PORTER, M.E., (1994), “Construir as Vantagens Competitivas de Portugal”, Relatório da Monitor Company, Ed. Forum da Competitividade, Lisboa 1994
- PORTER, M.E., (1998), “The Competitive Advantage of Nations: With a New Introduction by the Author”, Macmillan Business, 2ª Edition, London
- RODRIGUES, M.J., (1994), “Competitividade e Recursos Humanos: Dilemas de Portugal na Construção Europeia”, 2ª Edição, D. Quixote, Lisboa
- TEECE, D.J. (ed), (1987), “The Competitive Challenge: Strategies for Industrial Innovation and Renewal”, The Business Strategist Series, Harper & Row, Publishers, Cambridge, MA, Ballinger
- WORLD ECONOMIC FORUM, [www.weforum.org](http://www.weforum.org)
- WORLD ECONOMIC FORUM, (2002), “The Lisbon Review, 2002-2003- An assessment of Policies and reforms in Europe”, [www.weforum.org](http://www.weforum.org)



**ANEXOS**

**Anexo 1: Dinamismo e Força da Região**

**Final Cluster Centers**

	Cluster		
	1=BIN, CB e Salamanca	2=BIS	3=Cáceres
1-Proporção da população residente com idade activa no País	.89	.69	.92
2- Proporção local do emprego total no país	.93	.82	.90
3- Proporção local no país PIB per capita	72.60	89.10	73.77
4- Proporção do PIB local no país	.70	.68	.74
5- Crescimento relativo da população residente (1991-2001)	-1.86	-3.57	-1.91
6-Crescimento relativo do emprego local (1988-2000)	1.59	3.32	13.75
7-Varição da proporção local no país do emprego no SII (Indústria e Construção) 1995-2000	-2.68	6.92	1.20
8- Varição da proporção do PIB per capita local no país (1988-2000)	1.31	13.06	-16.56
9-Varição da proporção do PIB local no país 1988-2000	-6.25	3.60	-22.56
10- Varição da proporção da Produtividade local no país 1988-2000)	10.07	12.38	-10.42

**ANOVA**

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
1-Proporção da população residente com idade activa no País	.018	2	.011	2	1.566	.390
2- Proporção local do emprego total no país	.004	2	.043	2	.092	.915
3- Proporção local no país PIB per capita	105.514	2	45.494	2	2.319	.301
4- Proporção do PIB local no país	.001	2	.003	2	.397	.716
5- Crescimento relativo da população residente (1991-2001)	1.154	2	4.378	2	.263	.791
6-Crescimento relativo do emprego local (1988-2000)	56.136	2	30.110	2	1.864	.349
7-Varição da proporção local no país do emprego no SII (Indústria e Construção) 1995-2000	35.436	2	131.675	2	.269	.788
8- Varição da proporção do PIB per capita local no país (1988-2000)	224.954	2	39.877	2	5.641	.151
9-Varição da proporção do PIB local no país 1988-2000	177.334	2	45.090	2	3.933	.203
10- Varição da proporção da Produtividade local no país 1988-2000)	179.537	2	29.387	2	6.109	.141

**Anexo 2: Competitividade das Exportações e do Turismo**

**Final Cluster Centers**

	Cluster		
	1=BIN e Cáceres	2=BIS	3=CB e Salamanca
11- Exportações / VAB	7.51	9.20	17.26
12- Variação da Exportações/VAB	18.54	-39.21	-7.23
13- Proporção das exportações locais no País 2001	.23	.21	.48
14- Variação da proporção das exportações locais no País	6.23	-53.26	-15.50
15- Proporção de Dormidas e Hospedes locais no país	.40	.50	.40
16- Proporção local no país Grau de ocupação -cama %	52.69	75.74	76.40
17- Proporção local no país da Estada média	38.61	55.56	47.57

## CITIES IN COMPETITION

### ANOVA

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
11- Exportações / VAB	51.589	2	163.729	2	.315	.760
12- Variação da Exportações/VAB	1136.936	2	39.410	2	28.849	.034
13- Proporção das exportações locais no País 2001	.039	2	.089	2	.435	.697
14- Variação da proporção das exportações locais no País	1181.614	2	174.223	2	6.782	.128
15- Proporção de Dormidas e Hospedes locais no país	.004	2	.020	2	.200	.833
16- Proporção local no país Grau de ocupação -cama %	331.258	2	7.465	2	44.373	.022
17- Proporção local no país da Estada média	102.391	2	6.344	2	16.140	.058

### Anexo 3: Ambiente Político

#### Final Cluster Centers

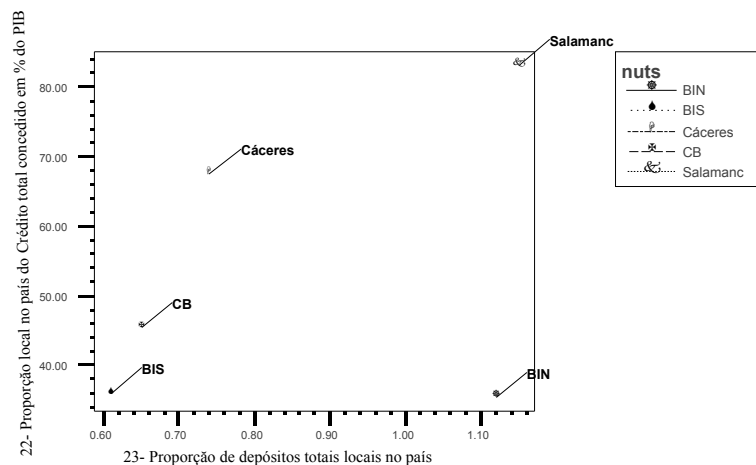
	Cluster		
	1=BIN, BIS, CB	2= Salamanca	3= Cáceres
18- Proporção local no país de Empréstimos das Câmaras Municipais (Espanha dívida Pública das diputaciones) em % das despesas totais	97.99	250.68	333.03
19- Proporção local no país de Receitas correntes locais (Espanha das diputaciones) (%) do PIB	125.40	67.82	79.01
20- Proporção local no país de Despesas das Câmaras (diputaciones) (administração local) % do PIB	166.67	83.41	79.63
21- Proporção local no país de Investimentos das Câmaras (diputaciones) em % do total de despesas	112.34	71.59	205.77

### ANOVA

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
18- Proporção local no país de Empréstimos das Câmaras Municipais (Espanha dívida Pública das diputaciones) em % das despesas totais	24245.564	2	2119.709	2	11.438	.080
19- Proporção local no país de Receitas correntes locais (Espanha das diputaciones) (%) do PIB	1652.768	2	549.210	2	3.009	.249
20- Proporção local no país de Despesas das Câmaras (diputaciones) (administração local) % do PIB	4353.545	2	2258.643	2	1.928	.342
21- Proporção local no país de Investimentos das Câmaras (diputaciones) em % do total de despesas	4917.240	2	174.632	2	28.158	.034

The F tests should be used only for descriptive purposes because the clusters have been chosen to maximize the differences among cases in different clusters. The observed significance levels are not corrected for this and thus cannot be interpreted as tests of the hypothesis that the cluster means are equal.

### Anexo 4: Sector Financeiro



## Anexo 5: Eficiência Empresarial

Final Cluster Centers

	Cluster			
	1=BIN e CB	2= Cáceres	3=BIS e Salamanca	
24- Empresas inovadoras em % do total de empresas*	74.00	37.00		57.00
25- Empresas com inovação organizacional em % do total de empresas inovadoras*	23.00	13.00		11.00
26- Pessoal com ensino superior em % do total de pessoas ao serviços	5.25	11.40		9.60
27- Investimento em % do volume de negócios*	8.72	1.79		5.09

ANOVA

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
24- Empresas inovadoras em % do total de empresas*	469.400	2	29.000	2	16.186	.058
25- Empresas com inovação organizacional em % do total de empresas inovadoras*	78.400	2	20.000	2	3.920	.203
26- Pessoal com ensino superior em % do total de pessoas ao serviços	15.781	2	18.373	2	.859	.538
27- Investimento em % do volume de negócios*	17.025	2	28.843	2	.590	.629

The F tests should be used only for descriptive purposes because the clusters have been chosen to maximize the differences among cases in different clusters. The observed significance levels are not corrected for this and thus cannot be interpreted as tests of the hypothesis that the cluster means are equal.

## Anexo 6: Infra-estruturas

Final Cluster Centers

	Cluster		
	1=BIN e Salamanca	2=BIS e Cáceres	3= CB
28- Proporção local no país Rede Nacional de Estradas construídas/área	89.98	54.93	98.69
29- Proporção local no país Densidade telefónica ( linhas fixas por 1000 hab)	97.30	94.70	94.60
30- Proporção local no país do consumo de electricidade per capita	66.55	75.70	83.90
31- Taxa de alfabetização comparativamente à média nacional	95.99	95.79	94.51
32- Proporção local no país da Produtividade do trabalho	80.87	82.29	70.53
33- Variação da Taxa de utilização dos recursos humanos local comparativamente ao país = Emprego/ População	28.60	86.96	117.12
34- Proporção local no país de população residente com ensino superior na população total	91.35	97.95	77.10

## CITIES IN COMPETITION

### ANOVA

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
28- Proporção local no país Rede Nacional de Estradas construídas/área	889.789	2	153.968	2	5.779	.148
29- Proporção local no país Densidade telefónica (linhas fixas por 1000 hab)	4.164	2	59.330	2	.070	.934
30- Proporção local no país do consumo de electricidade per capita	107.142	2	263.343	2	.407	.711
31- Taxa de alfabetização comparativamente à média nacional	.791	2	31.368	2	.025	.975
32- Proporção local no país da Produtividade do trabalho	49.849	2	220.567	2	.226	.816
33- Variação da Taxa de utilização dos recursos humanos local comparativamente ao país = Emprego/ População	3111.439	2	330.189	2	9.423	.096
34- Proporção local no país de população residente com ensino superior na população total	144.981	2	206.125	2	.703	.587

The F tests should be used only for descriptive purposes because the clusters have been chosen to maximize the differences among cases in different clusters. The observed significance levels are not corrected for this and thus cannot be interpreted as tests of the hypothesis that the cluster means are equal.

## Anexo 7: Saúde

### Final Cluster Centers

	Cluster		
	1=Cáceres	2=Salamanca	3=BIN, BIS e CB
35- Porporção local no país de Médicos por 1000 habitantes	87.70	135.10	57.29
36- Proporção local no país de Farmacêuticos por 1000 habitantes	113.40	156.90	115.00
37- Taxa de mortalidade infantil (Espanha por 1000 nascidos) local comparativamente ao país	125.11	134.25	111.70
38- Proporção local no país de Camas de hospital por 1000 habitantes	108.35	113.27	103.17

### ANOVA

	Cluster		Error		F	Sig.
	Mean Square	df	Mean Square	df		
35- Porporção local no país de Médicos por 1000 habitantes	2318.317	2	120.443	2	19.248	.049
36- Proporção local no país de Farmacêuticos por 1000 habitantes	716.676	2	325.000	2	2.205	.312
37- Taxa de mortalidade infantil (Espanha por 1000 nascidos) local comparativamente ao país	214.925	2	44.124	2	4.871	.170
38- Proporção local no país de Camas de hospital por 1000 habitantes	41.031	2	52.910	2	.775	.563

The F tests should be used only for descriptive purposes because the clusters have been chosen to maximize the differences among cases in different clusters. The observed significance levels are not corrected for this and thus cannot be interpreted as tests of the hypothesis that the cluster means are equal.